



VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARIQUERA-AÇU-SP

EDITAL DE LEILÃO e de intimação dos executados **ZILDO WACH**, bem como dos coproprietários **JOSUEL VOLPINI**, **CELI MACHADO WACH (ESPÓLIO)** e **CÍCERA RAMALHO VOLPINI**, e da interessada **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**, **GISELE MACHADO WACH DE PAULA**, **ROGERIO WACH**. O (a) Dr. (a) **ANDRE GOMES DO NASCIMENTO**, MM.(a). Juiz (a) de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu-SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão do(s) bem(ns), virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Ação de Cumprimento de Sentença – **Processo nº 0000239-27.2022.8.26.0424** - ajuizado por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face do(s) referido(s) executado(s) e que foi designada a venda do(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DO LEILÃO: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do portal GRUPO LANCE - www.grupolance.com.br, o **1º Leilão** terá início no dia **20/07/2026 às 00:00**, e terá encerramento no dia **23/07/2026 às 14:57** (ambas no horário de Brasília); não havendo lance superior ou igual ao valor de avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, o **2º Leilão** que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **25/08/2026 às 14:57 (ambas no horário de Brasília)**, sendo vendido os bem(ns) pelo maior lance ofertado, desde que igual ou acima de **87,5% do valor da avaliação**.

CONDIÇÕES DE VENDA: Os bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O Leilão será conduzido pelo leiloeiro **GILBERTO FORTES DO AMARAL FILHO**, **JUCESP Nº 550**, leiloeiro pelo Sistema **GRUPO LANCE** - www.grupolance.com.br, devidamente habilitado neste E. Tribunal.

DÉBITOS: A hasta/leilão será precedida pelas regras contidas no artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço) e artigo 908, §1º, do Novo Código de Processo Civil, (Art. 908. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, § 1º No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência), assim, sub-rogando-se os débitos fiscais e caráter propter rem no respectivo preço, a preferência de recebimento dos valores será decidida pelo M.M Juízo comitente. O Arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua imissão na posse.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24 horas após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial que será emitida e enviada por esse Leiloeiro através de e-mail em favor do Juízo responsável. O arrematante também deverá efetuar o pagamento da COMISSÃO no importe de 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação ao Leiloeiro no prazo de até 24 horas após o encerramento do leilão. A comissão devida ao

grupolance.com.br - 3003-0577 - contato@grupolance.com.br





Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante.

DO PARCELAMENTO: Os interessados poderão ofertar proposta de pagamento parcelada através do portal **GRUPO LANCE** - www.grupolance.com.br nos termos do art. 895 do Código de Processo Civil. Em qualquer hipótese a oferta de pagamento deverá ser de pelo menos 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado.

COPROPRIETÁRIOS: Na existência de mais proprietário(s) do(s) bem(ns) penhorado(s), as regras para a venda judicial serão regidas pelo Código de Processo Civil, nos exatos termos do artigo 843, § 1º e 2º.

DESOCUPAÇÃO: A DESOCUPAÇÃO do IMÓVEL será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, após o recolhimento das custas por parte do ora arrematante.

DO INADIMPLEMENTO: O LANCE É IRRETRATÁVEL, não será permitida a desistência. De acordo com o artigo 358 do Código Penal: impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Neste caso, o participante estará sujeito à responsabilização civil e criminal.

SUSTAÇÃO POR REMIÇÃO DA EXECUÇÃO/ACORDO: Se o(s) executado(s), após a apresentação do edital, pagar a dívida ou realizar acordo antes de alienado(s) o(s) bem(ns), ficará(ão) obrigado(s) a arcar com o ressarcimento de todas as despesas, devidamente comprovadas nos autos, especialmente, mas não limitando, a comissão 2,5% sobre o valor de avaliação do(s) bem(ns) ao Leiloeiro/Gestora, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016. O ressarcimento será devido somente pelo executado, com possibilidade de penhora do mesmo bem levado a praça, caso não seja pago o percentual devido.

DA PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos.

AUTO DE ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art. 903, CPC/15).

RELAÇÃO DE BEM(NS):

LOTE 1:

DESCRIÇÃO: UMA PARTE DO LOTE DE TERRAS RURAL SOB Nº DEZENOVE (19), situada na gleba “A”, zona I, no distrito e Município de Pariqueira – Açu, desta Comarca de Jacupiranga, com a área de vinte hectares e quatorze ares (20,14ha.), destacada de porção maior do lote que possui o total de 60,42 hectares, desmembramento perfeitamente dentro da fração mínima de parcelamento permitido pelo INCRA, parte que se confronta atualmente pela maneira seguinte: ao Norte, com posse dezenove/ A, de Olegário Machado ou quem de direito e Sítio Laranjeirinha de Aloys Izott ou quem de

grupolance.com.br - 3003-0577 - contato@grupolance.com.br





direito; ao Sul, com parte do mesmo dezenove, de Hans Juergen Schwangart; a Leste, com parte do mesmo lote dezenove, ainda de Estanislau Klepa e posse dezenove/ A, de Olegário Machado ou quem de direito; e a Oeste, com parte do mesmo lote dezenove, de Hans Juergen Schqangart e Jorge Ota. Declarado no INCRA sob nº 641.073.001.848. Área total 9,2; módulo 30,0; número de módulos 0,52; e fração mínima de parcelamento 19,2. CONSTA NA AVALIAÇÃO: sendo propriedade conjunta de Zildo Wach e Josuel Volpini, contendo terra produtiva com diversas plantas ornamentais, 03 casas de alvenaria pequenas e barracão (conf.fls.383). **Matriculado no CRI de Jacupiranga sob o nº 806.**

DESCRIÇÃO COMERCIAL: Imóvel Rural, a,t 20,14ha, Jacupiranga, Pariquera-Açu-SP.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Sítio Paraíso, Pariquera – Açu-SP.

ÔNUS DO BEM: **AV.20** PENHORA expedida pela Vara do Trabalho da Comarca de Registro, proc. 00165200806915006. **AV.22** INDISPONIBILIDADE expedida pela 9ª Vara Federal do Foro de São Paulo, proc. 0042668-74.2002.4.03.6182. **AV.24** INDISPONIBILIDADE expedida pelo Foro Distrital da Cidade de Pariquera-Açu, proc. 494/2013. **AV.26** INDISPONIBILIDADE expedida pela Vara Única do Foro de Pariquera- Açu – SP, proc. 1000790-97.2016.8.26.0424. **AV.27** INDISPONIBILIDADE expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proc. 0001190-57.2021.8.26.0294. **AV.28** PENHORA expedida nestes autos.

VALOR DA AVALIAÇÃO DO BEM: R\$ 798.000,00 (setecentos e noventa e oito mil reais) para dez/2024 (conf.fls.383).

Presumem-se intimadas as partes por este edital, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o Art. 274, § único, do CPC. Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas das praças, valerá o presente como EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA. E, para que produza seus fins efeito de direito, será o presente edital, por extrato, afixado no átrio fórum no local de costume.

Andre Gomes do Nascimento

MMª. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Pariquera-Açu-SP.

